



Na vanguarda da energia renovável



Antonio Carlos
Mendes Thame

É professor (licenciado) do Departamento de Economia da Esalq/USP e deputado federal (PSDB/SP)

Foi com extrema satisfação que participei recentemente da inauguração oficial da usina de etanol 2G, aqui em Piracicaba. O início da operação da primeira usina do Brasil para a produção em escala comercial do etanol celulósico, a partir da biomassa, e a tecnologia utilizada colocam o Brasil em posição de vanguarda, nos garantem a liderança na utilização de fontes de energia renovável.

A usina já produz desde novembro do ano passado. Foram investidos R\$ 237 milhões em pesquisa, desenvolvimento e infraestrutura. A planta foi construída em 15 meses e tem capacidade para produzir 40 milhões de litros de etanol 2G por ano. Durante o início da operação da usina, no ano passado, a Raízen informou que o objetivo da empresa é aumentar em até 50% a produção de etanol sem a necessidade de ampliar a área de cultivo da cana. A tecnologia produz 115 vezes menos gás carbônico que uma usina convencional.

Além da fábrica inaugurada em Piracicaba, a Raízen anunciou que planeja outras sete quando o custo de produção se igualar ao do combustível comum. As usinas de etanol de segunda geração devem entrar em operação até 2024, e a estimativa é de que, juntas, tenham a produção de 1 bilhão de litros do etanol 2G por ano.

Essa tecnologia permite, inclusive, a produção do biocombustível na entressafra da cana-de-açúcar. O consumo estimado de biomassa (bagaço, palha e cascas) da usina 2G é de 300 mil toneladas. Antes dessa tecnologia ser desenvolvida para escala industrial, a biomassa era utilizada apenas para a cogeração de energia elétrica.

Sempre acreditei que o nosso país pudesse estar na linha de frente nesta luta por um mundo melhor, por uma economia verde, mais saudável e descarbonizada. Por isso, defendo projetos que possam beneficiar o setor. Graças a uma emenda de minha autoria, o percentual do etanol misturado à gasolina foi aumentado de 25% para 27% em março deste ano, quando começou a vigorar a Lei nº 13.033, de 2014.

Após vários meses de intenso trabalho no Congresso e reu-

niões promovidas por associações e Ministério de Minas e Energia, o governo tomou a decisão acertada para amenizar a crise e estimular o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro.

Aumentar de 25% para 27% a mistura de etanol à gasolina é uma pequena diferença, mas significa um aumento de quase 10% no mercado de álcool anidro. Mercado cativo para esse produto tão desejado pelo mundo inteiro, que quer abolir essa civilização carbonária que nós construímos com emissão de CO2 e edificar uma nova civilização, com combustíveis renováveis.

Vale lembrar que o uso do etanol de cana-de-açúcar reflete positivamente na saúde pública; contribui para a redução de gases do efeito estufa; equilibra a balança comercial; impulsiona a cogeração de energia elétrica, propicia maior segurança geopolítica e gera empregos.

Também sou secretário da Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético, relançada em maio deste ano. Acredito no potencial que o Brasil tem na exportação de etanol, que o mercado mundial de biocombustíveis vai se expandir devido ao aumento da demanda e que medidas mandatárias estimulam o desenvolvimento tecnológico e podem induzir a produção em grande escala de biocombustíveis nos países em desenvolvimento. Um cenário promissor para um país de enorme potencial, que pode e deve manter-se sempre na vanguarda da energia renovável.

